

PodCRESS Rio #2 - Quesito Raça/cor nos formulários de saúde

<Vinheta de abertura> PodCRESS, o podcast do CRESS Rio de Janeiro. Em pauta temas transversais ao Serviço Social. Nesta edição, a assistente social Roseli Rocha irá falar sobre quesito Raça e Cor nos formulários de saúde.

<Roseli> A importância do quesito cor nos formulários, nos documentos de saúde. Na verdade, o preenchimento do quesito cor ele é importante em todos... para todo o sistema de informação que possa gerar, contribuir, com a construção de políticas públicas de promoção da Igualdade racial, de diminuição das desigualdades étnico-raciais. Esse quesito raça/cor é importante para todo e qualquer sistema de informação para geração de políticas públicas.

Agora, antes da gente entrar para falar um pouco mais sobre o quesito raça/cor é importante a gente situar esse debate, essa discussão. Por que? Quando é que aparece essa importância... a necessidade de inclusão desse quesito cor.

A gente vai ver que ao longo da história do Brasil, né, sobretudo a partir da do século 19 e século 20, início do século 20... A gente vê que esse quesito já estava presente nos censos, né? E aparecia com categorias abertas. Então, a gente vai ver, se a gente buscar na história, né, da cor, na construção da cor da população brasileira, a gente vai ver que isso tem desde o século 19. Então, não é uma coisa nova, né? Todavia, é importante a gente sinalizar também que esse quesito, por ele ser aberto, por ser utilizado aberto, que eu digo assim, não tinha uma categoria fechada. Na década de 70, por exemplo, o censo deixou a auto declaração, as pessoas se auto declaravam, mas não tinha categorias também, era aberto. Então, você tinha uma variedade de cores, de possibilidades de categorias, né: moreno, mulato, bege... Cheia de tudo, com uma auto declaração da pessoa, que era questionada, quando era perguntado a pessoa sobre sua cor. E, sentiu-se, à partir do censo de 1990, que na verdade aconteceu em 1991, é... o quesito raça/cor trabalhou, fechou com cinco categorias que é branca... na verdade as categorias são cinco: branca, preta, parda, amarela, indígena. São as cinco categorias que foram construídas lá nesse censo que foi realizado em 1991. Inclusive, fruto de uma campanha importantíssima feita pelo movimento negro, que foi uma campanha: Não deixa sua cor passar em branco. Justamente para dar visibilidade à cor das desigualdades étnico raciais no Brasil. Então, se tinha muito um pensamento ainda hegemônico, que a gente ainda pode considerar que ainda presente na sociedade brasileira, mas com menos força que a época, que era dizendo que o Brasil era um país democrata, né, racialmente né? A gente vivia a democracia racial. Então, o movimento negro sempre discordou dessa democracia racial, sempre entendeu que a democracia na verdade ela

aparece como um mito. E isso aparece mais fortemente na década de 1970, né, com movimento negro unificado. 1980 os movimentos sociais também fortaleceram essa demanda, para que a categoria, né, as categorias relacionadas ao quesito cor fossem colocados de uma forma que realmente dessa visibilidade a essa diversidade étnico racial brasileira. Então, a partir do censo de 1991 as categorias que passaram a ser utilizadas pelos censos, por todos os institutos públicos de demografia, de estatística, foram essas cinco categorias: preto, pardo, branco, amarelo, indígena. Agora, o que é interessante a gente falar um pouco mais sobre esse quesito? Qual é a necessidade? Qual é a relevância de fato desse quesito? A gente vive na sociedade que é marcadamente racista, heteropatriarcal, classista, capitalista. Então, se você não dá visibilidade, através dessa informação, você acaba muitas vezes reforçando ou mantendo relações históricas de desigualdades. A gente tem a definição do racismo que é uma crença na existência de raças e sua hierarquização. A ideia de que há raça e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores umas às outras. Então, isso é que o que a gente disse, que há no Brasil, na verdade há uma mistura muito forte de raças, brancos pretos, indígenas... E isso faz com que a gente não consiga visualizar esse racismo de uma forma tão clara, tão objetiva ... Quando a gente pega os índices de desigualdades sociais, a gente vai ver que na verdade o racismo no Brasil, ao contrário de muitas pessoas pensam, de acontecer de forma isolada, como eu tenho escutado ultimamente... “Ah, o racismo no Brasil não existe, o que há é algo isolado, ou então discurso de vitimismo”... Então, quando a gente pega os dados, se debruça sobre eles, a gente vê como a realidade é gritante de desigualdade étnico raciais no Brasil. Então, o racismo no Brasil, essa ideia da hierarquização das raças, na verdade, ele se manifesta, o racismo, de uma forma que a gente fala assim que é sofisticado.

A gente vai ver que as características que representam, que expressam as marcas da ancestralidade africana, por exemplo, as pessoas que carregam nos seus corpos essas características, elas tendem a sofrer a discriminação racial. Então, o modelo hegemônico, do padrão de beleza, do padrão do tipo se vê, da pessoa que é mais capaz de intelectualmente.... Já vem todos os espaços de poder, seja ele poder político, econômico social... A gente vai ver que o padrão é esse padrão branco europeu.

Então, quanto mais distante você está desse padrão, mais possibilidade tem de você sofrer um impacto do racismo. E aí, esse racismo, embora seja um fenômeno baseado nessa hierarquia, essa ideia hierárquica de raça onde valoriza, o que seria para nós um ponto extremamente positivo, que é essa diversidade étnica racial que constituem sociedade brasileira, que seria uma coisa positiva. Na verdade essas diferenças são tratadas, são valoradas, né? Então, quando essas diferenças que compõem a diversidade são valoradas e

são colocadas de forma hierárquica, aí sim é o problema. Porque você começa então a observar que quem tem mais, quem carrega nos seus corpos mais características negras, elas têm menos possibilidade de ascensão e mobilidade social. Cor/raça no Brasil, esse quesito, é um marcador importante pra gente entender como essas desigualdades se constroem historicamente na nossa sociedade brasileira.

E esse racismo, embora ele seja um fenômeno, né, como disse assim, único, baseado nessa ideia de hierarquização das raças, ele se expressa na sociedade brasileira de diversas formas. Então, eu costumo dizer existe um racismo que se expressa de maneiras distintas, múltiplas formas, né? Então, a gente vai ouvir falar sobre o racismo ambiental, o racismo religioso, o racismo interpessoal, o racismo institucional. E, onde está localizado esse debate do quesito cor para mim, é justamente nesse campo do racismo institucional. Todos eles, todas essas expressões, elas derivam de um racismo, que a gente chama de racismo estrutural, porque o racismo na sociedade brasileira, ele é estrutural e estruturante das relações sociais.

E, se a gente for pegar o pensamento de Silvio Almeida, um grande intelectual negro, que escreveu recentemente, lançou recentemente um livro chamado 'O que é Racismo Estrutural', ele diz lá, que a luta contra o racismo e portanto, a luta pela transformação social, passa necessariamente pela luta contra o racismo na sua dimensão estrutural. Então, o racismo, ele é estrutural das relações sociais, assim como a gente vai falar da ideia patriarcal. O patriarcado também é estrutural, estruturante das relações sociais brasileira. Aí, a gente vive numa sociedade capitalista, onde essas dimensões são utilizadas muito para manutenção das desigualdades, né? Então, não tem como falar numa sociedade que se constrói capitalista, sem a gente falar da dimensão também de raça e a dimensão de gênero. Então, entendendo então o racismo, situando esse debate do quesito cor como uma expressão do racismo institucional. E, o que seria esse racismo institucional? Uma das expressões do racismo estrutural é esse racismo institucional, né? Então, o racismo institucional está presente em diversos espaços, seja ele público, seja ele privado, né? Está nas relações de poder instituído, expresso através das atitudes discriminatórias e de violações de direitos. Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, naturaliza comportamentos, ideias preconceituosas, contribuindo fortemente para a construção, geração ou manutenção das desigualdades étnico raciais. Dentro de uma instituição a gente pode falar de números na educação, a gente vai ver lá que são as crianças negras que mais sofrem discriminação no espaço de ensino formal, a gente vai ver que são essas crianças que acabam entrando mais tardiamente nos espaços.

Por outro lado, são as que evadem mais precocemente... A gente vai ver no campo da saúde que também são as mulheres negras que são as maiores vítimas de violência obstétrica são as mulheres negras, né.... Você pega o índice da mortalidade materna, a gente vai ver lá, quando a gente dá ênfase, quando a gente agrega os dados, vai ver que são as mulheres negras que mais morrem.

Com relação a mortalidade infantil, aí, no campo da saúde, a gente ficaria aqui assim, né, muito tempo mostrando como essas desigualdades. Como o racismo tem um impacto muito importante sobre a vida da das populações da população negra, né? E aí quando entra o quesito cor? Para eu dar visibilidade a isso, por que que eu sei que são as mulheres negras que morrem mais? Por que que eu sei que são as mulheres negras, que que tem mais dificuldade de acesso a empregos, a empregabilidade, tem mais dificuldade de ser empregada? Por que que as mulheres negras que tem a renda menor, né? São os salários menores, são as mulheres negras ... E a gente vai ver que a mulher está na base da pirâmide, quando a gente vê a questão das desigualdades étnico raciais no Brasil. Por que que eu sei isso? Porque eu tenho o quesito cor lá apresentando isso, né? A gente vai ver que isso, no estado do Rio de Janeiro, desde 2005, a Secretaria Estadual de Saúde determinou que todos os formulários de saúde incluído quesito cor. No Brasil a gente tem, desde 2017, a portaria número 344, de primeiro de fevereiro de 2017, que ela padroniza a coleta do dado sobre raça corno e sistema de informação e saúde e, que esses dados deverão seguir, né, a classificação atribuída pelo IBGE, que são essas categorias que eu falei anteriormente. Então, dentro dessa concepção do que a gente está falando de racismo institucional, qual a importância então da gente falar do quesito cor? Falei um pouco, né? Se a gente tem essas desigualdades étnicos raciais, é possível a gente visualizar em dados, porque a gente tem a possibilidade de acessar o quesito raça cor. Então, quando a gente tem lá no formulário, seja na no campo da saúde, educação e qualquer política pública... A gente tem lá o quesito cor garantido, mas ele não é preenchido, isso é um problema. Muitas vezes, você tem um instrumento de coleta de informação e é ausente, a gente não vê o quesito cor lá presente, e muitas vezes a gente vê o quesito cor presente nesses instrumentos de coleta de informação, todavia esse quesito não é preenchido. Então, aí a gente vê que isso também é uma expressão do racismo institucional, que é invisibilização, né? Você invisibiliza uma informação que vai gerar política de promoção da igualdade racial ou de combate à iniquidade social. A gente tem que estar atentando, os profissionais de saúde têm que estar atento a isso porque, não é uma prerrogativa de dizer simplesmente eu não quero preencher o quesito cor, né? E também, não é só porque está na lei. A lei é extremamente importante, mas como diz o poeta, né, os lírios não nascem das leis, né? As leis não bastam. Então, para ela ganhar uma materialidade

concreta, de mudança, ela tem que ser realmente incorporada dessa forma, com a sua relevância. Ela é importante porque ela vai gerar informação que pode contribuir na construção de políticas públicas que vão combater a desigualdade étnico-racial que buscam enfrentar o racismo institucional. E, diante da invisibilização das informações, como é possível a gente pensar, construir e, implementar políticas de enfrentamento do racismo, no tratamento ao racismo? Vivemos hoje uma realidade em que a informação qualificada é desprezada e em seu lugar a gente vê muita produção de fakenews, né? Informações falsas. Mais do que nunca, a importância de a gente gerar informações a partir da informação coletada com a população usuária. Como você vai preencher? Como você deve preencher esse quesito? Primeiro, a gente tem que identificar que há no formulário de saúde o quesito cor. Primeiro, identificar que isso tem que estar constando lá. Estando lá, como preencher? Primeiro, a questão é você entender que tem que ser auto declaração. Muitas vezes o profissional, a profissional de saúde, às vezes na pressa de querer já preencher, né, a gente sabe que o cotidiano também grita... Às vezes são muitas, inúmeros demandas e às vezes preenche pelo usuário, pela usuária... Isso não pode ser. A lei determina e nós compreendemos também, que o quesito, ele tem que ser preenchido a partir da auto declaração. Então, como a população usuária se vê? E aí, a gente vai dizer a elas, apresentar a elas, as categorias que são utilizadas pelo IBGE: preta, branca, parda, amarela indígena... E a gente deve perguntar dessa forma. Também não dá para a gente perguntar, qual a sua cor raça, de forma aberta como também tenho visto alguns, algumas, profissionais perguntando dessa forma. Então, isso também pode, de alguma forma, dificultar depois, quando você quiser fazer uma leitura... você precisar de agregar os dados, você precisar refletir sobre eles. Pensar e realmente gerar, inclusive, ações de enfrentamento à desigualdade étnico racial de combate ao racismo na instituição, onde no espaço sócio ocupacional da profissional, do profissional. Isso dificulta porque os dados também estão sendo preenchidos de forma equivocadas. Tem que ser auto declaração. Aí, algumas vezes, eu ouço também profissionais falando sobre a dificuldade perguntar e, às vezes até falar assim... “Ah, eu me sinto constrangida”. Eu diria assim, não, melhor do que usar ‘constrangida’ é entender que há uma dificuldade. Tudo bem, tem uma dificuldade de perguntar a cor da pessoa como eu já vi algumas pessoas dando exemplo: “Ah, eu pergunto se a pessoa é branca, preta, parda ou indígenas, mas eu estou vendo que a pessoa por exemplo é preta, né? E aí eu fico sem jeito de perguntar isso a ela, já que eu estou vendo que ela é uma pessoa preta”. Aí eu sempre digo assim, o quesito não está ali para preencher como você vê a pessoa. O quesito ele existe para a pessoa dizer como ela se vê, e não você dizer por ela. E aí algumas pessoas dizem assim: “Ah, mas eu a população também às vezes tem dificuldade de perguntar de responder, né? Assim como tem profissionais tem dificuldade

de perguntar o quesito também tem usuários e o usuários que também tem dificuldade de responder o quesito cor”

O que eu digo é que tanta dificuldade de um como de outra ela não pode ser impeditiva de que esse que esse requisito seja preenchido, mas eu compreendo essa dificuldade porque historicamente esse quesito ele era utilizado para retirar direitos.

Então tem uma base real histórica essa dificuldade, então é possível a gente entender essa dificuldade sim, porque esse quesito nem sempre foi utilizado para promover direitos. Então mais do que nunca é oportunidade que nós temos, nós profissionais que atuamos no campo dos direitos, a gente utilizar da dimensão pedagógica do exercício profissional, que é o quê? Esclarecer, explicar para essa população qual é a importância do quesito. Se no passado esse quesito era utilizado para excluir, para diminuir, para negar direitos, hoje ele está sendo utilizado para garantir direitos, para lutar por direitos, para defender direitos, para combater o racismo, para combater a desigualdade étnico racial. É um tempo que às vezes você pensa que está perdendo, mas muito pelo contrário, você está garantindo uma informação qualificada sobre a população usuária, que quando não estiver naquele espaço, mas estiver em outro, vai também, a partir de seu exercício de cidadão e de cidadã, vai se colocar inclusive questionando quando não for perguntado o quesito cor.

Então é importante você dizer para essa população por que que aquele quesito está sendo perguntado a ela. Por que consta nesse formulário e qual a importância dele. A gente vai ver a questão da mortalidade materna como eu disse antes, a gente vai ver a questão da morte por causa externa, quem são as pessoas que são as vítimas preferenciais, né, no caso de homicídio. Então a gente vai ver inúmeros indicadores e índices na área da saúde como o requisito cor é importante. Uma questão também que é muito levantada, muito falada, questão assim “Ah, mas ah a população às vezes ela tem a dificuldade também de se auto declarar, às vezes ela devolve para o profissional, né? Fala assim, ah, eu sou da sua cor”. A gente tem que entender que são sujeitos e que podem devolver para você.

Então muitas vezes, eu nesse papel de perguntar, de preencher o quesito cor, já aconteceu de a usuária olhar para mim e falar assim, “eu sou da sua cor”. E eu dizer assim, “então como você me vê? ” Essa dificuldade ela tem uma construção histórica. Então não é tão tranquilo também às vezes para o usuário, para a usuária, responder. Quando a gente fala da questão da ausência do quesito cor, ou não preenchimento do quesito cor como uma expressão, como uma ação do racismo institucional, é importante a gente ver como isso, essa discussão, esse debate, ele é premente, ele é urgente a gente vê que há uma ausência muito grande, né?

Posso dizer assim, quase em todas as categorias profissionais, a gente vai ver que não há debate sobre o racismo, sobre a desigualdade étnico racial, sobre a história do negro e da cultura afro-brasileira no Brasil, na formação social brasileira, nos currículos. Então, os profissionais de saúde não têm contato com esse debate, com essa discussão, na sua graduação. Então realmente isso vai ter um impacto quando eu estiver lá no chão de fábrica, né? Quando tiver atuando com a sua população, com a população usuária, porque não entende esse processo, ou então, se entende, não tem instrumentos teóricos, pedagógicos, políticos para enfrentar essa realidade.

Eu digo isso porque, a gente vê desde 2004, a Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação, que determina que todos os currículos incorporem a história da cultura afro-brasileira e a história da África, a história das relações étnico-raciais nos currículos, a gente vê como ainda está ausente essa discussão do processo de formação profissional, de todas as categorias profissionais. Então isso realmente vai reverberar, isso vai ter um impacto na sua inserção profissional, no seu exercício profissional. Isso é importante para gente ver como o racismo, embora algumas pessoas acham que ele aparece na realidade brasileira como de uma forma sutil, a gente vai ver o contrário. A sua expressão, muitas vezes, é sofisticada, mas o racismo é muito duro. E para quem sente, ele não tem nada de sutil, nada de ameno.

Ele é forte, ele é cruel, ele gera adoecimento, o racismo ele gera morte. É uma responsabilidade que todas nós, todos nós, profissionais que atuamos no campo da defesa dos direitos, sobretudo os profissionais de saúde, a gente tem que olhar isso com bastante atenção e dar a relevância que merece esse debate e essa discussão sobre o racismo na saúde, sobre a importância do quesito cor como um elemento importante pra gerar políticas públicas de combate ao racismo na saúde e em todas as políticas públicas, como um elemento importante, como quesito importante para dar visibilidade a essas desigualdades históricas, desigualdades étnico raciais.

A invisibilização desse quesito ela na verdade é uma expressão desse racismo institucional e a gente tem que se despir disso, tem que lutar contra isso. Muitas pessoas perguntam assim, “mas então, como fazer? ”. Primeiro a gente se despir um pouco dos nossos preconceitos, segundo entender que não tem nenhum problema em você coletar esse quesito. A gente vai seguindo o mesmo fluxo. Está lá na ficha social, no formulário lá: seu nome, nome todo. A sua idade, data de nascimento, seu endereço. “Por favor, como você se vê? ”.

Eu também tinha dificuldade... “autodeclaração”. Às vezes a gente fica mais tempo explicando o que é autodeclaração para nossa população do que de verdade a gente registrando o quesito. Então nós também temos que nos apropriar de uma de uma linguagem que seja possível de comunicar né? Então, assim, eu pergunto como você se vê? Você se vê como uma pessoa branca? Preta? Parda? Amarela? Indígena? Como você se vê? Se ela tiver dificuldade, “Ah, eu não entendi”. Muitas vezes a pessoa responde “negra” que já não está lá como uma categoria para ser registrada. Porque o negro na verdade, quando fala negro ou negra, são os dados agregados de pretos e pardos de que a gente agrega nessa categoria maior chamada negro. E às vezes eu pergunto “ok, né, é negro. Mas, e qual negro que eu marco aqui? Pode ser tanto preto como pardo”. Então eu permito que a pessoa, inclusive, tenha essa informação.

E que bom que ela já se autodeclara como negra, né? O nosso instrumento é que não deu conta. Eu digo muitas vezes, as leis e as normas legais não dão conta de toda a diversidade da realidade, né? Inclusive da consciência já cidadã da população. Então nós é que temos que criar instrumentos que vão aprimorando a nossa forma de abordagem. Como a gente pode trabalhar o quesito cor fazendo com que ele realmente conste da forma como tem que ser, como eu acho que tem que ser.

O Código de Ética do e da assistente social é bem explícito quando diz que nós não podemos compactuar com nenhum tipo de discriminação, né? Seja de sexo de religião de raça, né? Ele é bem explícito com relação a isso. Os princípios são todos interligados, os princípios do nosso código de ética profissional, mas eu destacaria dois deles: o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças. E o outro que eu acho também muito importante a gente destacar: o exercício do Serviço Social sem ser discriminado e nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Então, assim, eu acho que o Código de Ética Profissional também já nos aponta a perspectiva no sentido da construção dessa nova sociabilidade, que tem que ser realmente uma sociabilidade livre de todo e qualquer preconceito.

Mas o nosso Código de Ética, além de nos implicar com relação a isso, da gente não violar direito, da gente não discriminar e não ser discriminado, o nosso Código de Ética também nos diz que a gente não pode ser conivente, nem omissa diante de opilação de direitos humanos praticados por outros ou por outras. Então, eu não sei como é que funciona nos outros códigos de ética, mas eu posso dizer que no das assistentes sociais, ele é firme em

dizer “eu não posso discriminar ” por nenhuma condição. Não posso discriminar e nem ser conivente com quem discrimina. Então também eu não posso ser omissa.

Então se eu vejo determinada categoria profissional, qualquer colega de trabalho, que tem uma prática racista, que tem uma postura que gera desigualdade, que gera discriminação, que é uma postura que discrimina o outro ou a outra, eu tenho que me posicionar. Porque eu estou impelida pelo meu Código de Ética Profissional. Nós temos uma direção política que diz que nós vamos lutar por uma outra sociabilidade e essa sociabilidade ela defende a igualdade. Então a gente não pode ser omissa diante de práticas que discriminam, práticas que violam direitos. Pegando um pouco uma ativista negra no campo dos Direitos Humanos, e sobretudo no combate ao racismo, Angela Davis, ela diz que não adianta a gente dizer que a gente não é racista. Isso é bom. É bom que a gente não seja racista, ela diz lá, que bom, mas não basta. Ela diz que a gente precisa ser antirracista. Então não basta não sermos racistas, nós temos que ter uma atuação ético profissional antirracista. E aí a gente pensa, mas como fazer isso? Isso não é uma receita pronta, mas algumas das possibilidades a gente pode já fazer isso já assim para ontem, né?

A gente que atua nesse campo de defesa de direitos, o que fazer diante de um do racismo institucional? Há inúmeras possibilidades de intervenção. Mas entre todas elas, eu considero uma ação importante é agir efetivamente. Não ficar só no plano das ideias, só na retórica. “Ah, eu combato o racismo”, “Ah, eu sou solidário às pessoas que estão combatendo o racismo”. Não. É agir efetivamente. Defender a política de ações afirmativas para negros e negras indígenas, por exemplo, você atuar na defesa desses direitos das ações afirmativas é uma atitude real e concreta de uma postura antirracista. Denunciar qualquer ato ou omissão por racismo, incorporar como elemento importante e indispensável a questão é tipo racial nos debates, nas pesquisas e nas elaborações, né, teórico metodológica e técnicas operativas.

A gente teve recentemente, quer dizer, nós estamos ainda na campanha do Conselho Federal de Serviço Social, né, o Conjunto CFESS-CRESS está numa campanha de combate ao racismo. E a gente teve a oportunidade de estar falando um pouco sobre essas ações que o profissional do Serviço Social, ou qualquer profissional que atua no campo da saúde ou no campo mais amplo da defesa dos direitos, de ter essa postura realmente de se posicionar.

Eu não estou falando pelo outro, ao contrário. Estou falando com o outro, ou com a outra, que sofre a discriminação. Isso diz sobre correlação de forças. Então se a gente não fortalecer esse campo que defende os direitos e que luta contra a discriminações e contra o racismo, realmente o sujeito que sofre vai ser a minoria. Sozinho lutando contra esse sistema que é hegemônico, heteropatriarcal, classista, racista. Então a gente tem que se posicionar.

A mesma coisa eu digo em relação à população negra e indígena que sofrem por conta do racismo. Então você não precisa ser negro ou negra ou indígena para se posicionar contra o racismo, você tem que se colocar como um sujeito, um ser humano, um cidadão, uma cidadã antirracista.

<Vinheta de encerramento> PodCRESS, o podcast do CRESS Rio de Janeiro. O material desse podcast pode ser reproduzido integral ou parcialmente, desde que sejam respeitados os créditos às autoras e autores e do próprio Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. Produção: CRESS 7ª Região. Música tema: Rio Funk de Alex Nativa.